

21



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

TCE

303.811-6/13



Nome: Nº Orig Of Dt Of. / /
Origem **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ**

Natureza **AUXÍLIO (INT) ***

Int. Princ **SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRACAO**

Espécie: Obs. **LOCOMOÇÃO**

Assunto: Impressa por 02/003124 Volume 1 de 1 Cadastrado em 21/11/2013

.....
C454

Exmo. Sr. Procurador-Geral da PGT,

O presente processo foi deflagrado, por solicitação do Exmo. Sr. Presidente, como mais uma medida de valorização dos servidores deste Tribunal, para verificar a possibilidade de pagamento de auxílio-locomção.

Assim sendo, foram feitas pesquisas nos sítios eletrônicos de órgãos do Estado do Rio de Janeiro, que concedem benefício desta natureza, para subsidiar os parâmetros a serem seguidos por esta Corte de Contas:

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Norma	Resolução GPGJ nº 1.582/10
Beneficiários	Servidores efetivos ativos, exclusivamente comissionados e cedidos ao MP, desde que não percebam benefício semelhante no órgão de origem
Valor	A ser fixado por Ato do Procurador-Geral de Justiça
Concessão	Por dia útil trabalhado, vedado o pagamento nas férias, licenças e afastamentos, salvo os obrigatórios por Lei e para participação em cursos e Congressos, no interesse do MPRJ
Forma de Pagamento	Conta Corrente. Pago a todos os servidores, de forma automática, independente de qualquer comprovação

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Normas	Resolução nº 02/09 do Órgão Especial do TJ; Ato Normativo nº 06/09;
--------	--

	Ato Executivo nº 3.555/13
Beneficiários	Servidores efetivos ativos, exclusivamente comissionados e cedidos ao TJ, desde que ocupante de cargo em comissão ou função gratificada e não percebam benefício semelhante no órgão de origem
Valor	Bilhete Único Intermunicipal – R\$ 9,90 por dia
Concessão	Por dia útil trabalhado, vedado o pagamento nas férias, licenças e afastamentos, salvo os obrigatórios por Lei e para participação em cursos e Congressos, no interesse do TJRJ
Forma de Pagamento	Conta Corrente. Pago a todos os servidores, de forma automática, independente de qualquer comprovação

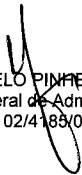
Ato contínuo, foi elaborada por esta Secretaria, a minuta de Ato Normativo disciplinando a concessão do auxílio-locomção nesta Corte de Contas, utilizando-se os parâmetros adotados pelos órgãos acima mencionados, bem como seguindo a padronização dos benefícios concedidos por este Tribunal, cabendo destacar os seguintes:

- Valor de R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) por dia – Bilhete Único Intermunicipal – Decreto nº 44.265/13, considerando a estimativa de 22 dias úteis/mês;
- Pagamento, de forma automática, na forma de auxílio locomoção/combustível aos servidores efetivos ativos, comissionados e cedidos a este Tribunal, estes últimos desde que não percebam benefício semelhante em seus órgãos de origem;
- Valor a ser pago no contracheque.

Assim sendo, encaminho o presente processo para manifestação acerca da regularidade jurídico-legal da concessão do benefício e de sua regulamentação, consultando, ainda, sobre os seguintes pontos;

- Incidência ou não da tabela progressiva do imposto de renda sobre tal parcela e a sua sujeição ao limite remuneratório constitucional;
- Verificação de aplicabilidade aos Procuradores dessa Procuradoria, do Ministério Público Especial e Conselheiros.

SGA, 21 de novembro de 2013


MARCELO PINHEIRO
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/4185/0-8

ATO NORMATIVO Nº

de de 2013

Dispõe sobre a concessão de auxílio-locomotoção aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

TCE/RJ
Processo nº 303.811-6/13
RUB.: 9
Fls. 5

O Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 142, inciso III, e artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167, de 10 de dezembro de 1992,

CONSIDERANDO a política de Gestão de Pessoas, que visa à valorização do servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo TCE-RJ nº 303.811-6/13 pelo Conselho Superior de Administração, que autoriza a instituição do auxílio-locomotoção aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º - O auxílio-locomotoção, benefício de caráter assistencial, consiste em auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com transporte do servidor efetivo ativo, servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e servidor cedido a este Tribunal.

§ 1º - Será devido o benefício de que trata o presente Ato Normativo ao servidor cedido a este Tribunal que não perceba benefício semelhante no órgão de origem.

§ 2º - Na hipótese da existência de benefício semelhante em seu órgão de origem, o servidor cedido poderá optar pela percepção de auxílio-locomotoção neste Tribunal.

Art. 2º - O valor mensal do auxílio-locomotoção será fixado por decisão do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º - O auxílio-locomção será devido a contar do dia em que o servidor entrar em exercício, calculando-se, proporcionalmente, os dias trabalhados.

Art. 4º - O auxílio-locomção será suspenso nos casos de:

I – férias, licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, licença-adoção, licença-prêmio;

II – servidores à disposição de outros órgãos, mesmo que com ônus para este Tribunal, ainda que a cessão ocorra sem prejuízo de direitos e vantagens.

III – afastamentos que impliquem perda do vencimento.

Art. 5º – Nos casos de afastamentos que não gerem direito à percepção do auxílio-locomção, os valores indevidamente creditados serão compensados quando do retorno do servidor às suas atividades funcionais.

Art. 6º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 7º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, de de 2013.

JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR
Presidente

TCE/RJ	
Processo nº 3032/11-6/13	
RUB.: 0	Fls. 6

TCE/RJ	
Processo nº	200.811.642
RUB.:	Fls. 1

RESOLUÇÃO GPGJ nº 1.582

DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a concessão de auxílio-locomotoção aos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Proc. MPRJ nº 2010.00006601,

RESOLVE

Art. 1º — O auxílio-locomotoção consiste em auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com transporte dos servidores ativos, titulares de cargo de provimento efetivo, e dos ocupantes exclusivos de cargo em comissão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º — O auxílio-locomotoção tem caráter assistencial e é devido, inclusive, durante o período de estágio experimental.

§ 2º — Os servidores de outros órgãos, colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, também farão jus à percepção do auxílio-locomotoção, desde que não percebam benefício semelhante junto ao órgão de origem.

Art. 2º — O valor mensal do auxílio-locomotoção será fixado em ato do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único — O auxílio-locomotoção será creditado, mensalmente, na conta corrente funcional do servidor.

Art. 3º — O servidor terá descontado 1/30 (um inteiro e trinta avos) do valor mensal do auxílio-locomotoção, por falta não abonada.

Parágrafo único — O desconto a que se refere este artigo será efetuado na data em que for creditado o benefício do mês subsequente, observado o valor vigente no mês em que se deu a falta.

Art. 4º — É vedada a percepção do auxílio-locomotoção:

I — por servidor que se encontre de férias, licenças ou outros afastamentos, à exceção dos seguintes:

- a) estiver afastado em virtude de participação em programa de treinamento, cursos, congressos ou eventos similares, no interesse do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- b) afastar-se em função de convocação de autoridade regularmente investida, ou para participação em julgamento na condição de parte ou testemunha;
- c) estiver afastado em virtude de autorização para o exercício de mandato de representação em órgão de classe dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

II – por servidor que se encontre à disposição de outro órgão, mesmo que com ônus para o Ministério Público, ainda que a cessão ocorra sem prejuízo de vencimentos e vantagens.

Parágrafo único – Nos casos de afastamentos que não gerem direito à percepção do auxílio-locomção, os valores indevidamente creditados serão compensados quando do retorno do servidor às suas atividades funcionais.

Art. 5º – Havendo desligamento do servidor, a cessação do benefício ocorrerá na data do evento, estornando-se o saldo em favor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único – Eventuais débitos do servidor desligado serão descontados em folha de pagamento de uma só vez.

Art. 6º – Aos membros das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, em exercício no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, poderá ser concedido o auxílio-locomção, a critério da Administração, caso haja disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º – Compete à Diretoria de Recursos Humanos a prática dos atos necessários à operacionalização do auxílio-locomção, nos estritos termos da presente Resolução.

Art. 8º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2010.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2010.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça

TEXTO INTEGRAL

RESOLUÇÃO 2

TCE/RJ	
Processo nº	307.811.613
RUB.: 1	Fls. 8

RESOLUÇÃO Nº 2/2009

Autoriza a concessão de auxílio-locomotoção aos servidores ativos, titulares de cargo de provimento efetivo, aos ocupantes exclusivamente de cargo de provimento em comissão e aos servidores de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício das funções administrativas de que tratam o art. 93, XI, da Constituição Federal, o art. 156, XI, da Constituição Estadual, o art. 17, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, e o art. 3º, VI, "a", do Regimento Interno deste Tribunal e, de acordo com decidido na sessão realizada no dia 12 de janeiro de 2009 (Processo nº 299195/2008);

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o Presidente do Tribunal de Justiça a destinar verba para o pagamento de auxílio-locomotoção, que será devido ao servidor:

I - ativo, titular de cargo de provimento efetivo do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

II - ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

III - de outros órgãos, à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, desde que ocupante de cargo de provimento em comissão ou função gratificada neste Poder e não perceba benefício de idêntica natureza em seu órgão de origem.

Art. 2º. O auxílio-locomotoção tem natureza de verba indenizatória, com o fim de reembolsar as despesas de transporte do servidor ao seu local de trabalho.

Parágrafo único. O auxílio-locomotoção é atribuído ao servidor, por dia útil trabalhado no mês, inclusive durante o período de estágio experimental.

Art. 3º. O Presidente do Tribunal de Justiça editará norma complementar para a aplicação desta Resolução, dispondo sobre a concessão e a forma de pagamento do benefício, observado o interregno mínimo de um ano entre os reajustes.

Art. 4º. O valor diário, a revisão e a manutenção do auxílio-locomotoção será fixado por Ato do Presidente do Tribunal de Justiça, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2009.

(a) Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

ATO NORMATIVO TJ Nº 06/ 2009

Dispõe sobre a concessão do auxílio-locomção a que se refere a Resolução nº 02/2009 do Órgão Especial.

O Desembargador LUIZ ZVEITER, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o art. 30, XXXVII, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 02/2009, do Órgão Especial, publicada no DJERJ de 14 de Janeiro de 2009, que autoriza a Instituição do auxílio-locomção aos servidores nela mencionados;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º da Resolução nº 02/2009, que determina a edição de norma complementar para sua aplicação, dispondo sobre a concessão, a forma de pagamento do benefício, a fim de bem atender aos objetivos de sua instituição;

CONSIDERANDO que por força do disposto no artigo 3º da Resolução nº 02/2009, do Órgão Especial, foi editado o Ato Normativo TJ nº 02/2009, publicado no DJERJ de 22 de Janeiro de 2009;

CONSIDERANDO que o Ato Normativo TJ nº 02/2009, ao regulamentar a Resolução nº 02/2009, do Órgão Especial, estabeleceu que a forma de implementação do auxílio-locomção seria através de cartão magnético;

CONSIDERANDO que a confecção dos cartões magnéticos, bem como a administração da concessão do benefício através deste meio, redundaria na contratação de empresa especializada com considerável custo para este Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de se primar pela observância dos Princípios da Economicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO que a PETRANSPO - Federação das Empresas de Transporte, a quem foi conferida a exclusividade na emissão, comercialização e distribuição do cartão RioCard (transporte coletivo), segundo preconiza a Resolução nº 215/87, de 15.10.87, editada pela Secretaria de Estado de Transporte do Estado do Rio de Janeiro, informou que o referido cartão, atualmente, não atende a todo o Estado

RESOLVE:

Art. 1º. O auxílio-locomção/combustível, instituído pela Resolução nº 02/2009 do Egrégio Órgão Especial tem natureza

TCE/RJ	
Processo nº	303.811-6/03
RUB.:	9 Fls. 9

indenizatória, sendo devidos ao servidor:

I – ativo, titular de cargo de provimento efetivo do Quadro

Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

II – ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

III – de outros órgãos, à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, desde que ocupante de cargo de provimento em comissão ou função gratificada neste Poder e não perceba benefício de idêntica natureza em seu órgão de origem.

Art. 2º. O pagamento do benefício será atribuído ao servidor em exercício neste Poder, por dia útil trabalhado no mês, inclusive durante o período de estágio experimental.

§ 1º. Para efeito deste artigo, entende-se como dia útil trabalhado aquele no qual o servidor:

I – real e efetivamente desempenhar as funções atribuídas ao cargo que ocupa no seu órgão de lotação, de segunda a sexta-feira;

II – estiver afastado em virtude de participação em programa de treinamento, cursos, congressos ou eventos similares, no interesse do Poder Judiciário;

III – afastar-se em função de convocação de autoridade regularmente investida, ou para participação em julgamento na condição de parte ou testemunha;

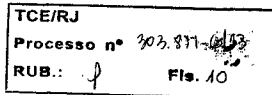
IV – estiver afastado em virtude de autorização para o exercício de mandato de representação em órgão de classe dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º. É vedado o pagamento do benefício a servidor que se encontre à disposição de outro órgão, mesmo que com ônus para esta Corte de Justiça, ainda que a cessão ocorra sem prejuízo de vencimentos e vantagens.

§ 3º. É vedado o pagamento do benefício aos servidores que se encontrem de férias, licenças ou outros afastamentos, à exceção daqueles previstos no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 3º. A concessão do auxílio-locomoção será devida a contar do dia em que o servidor entrar em exercício, calculando-se proporcionalmente os dias trabalhados, sendo que os dias não trabalhados serão excluídos da mesma forma quando se tratar de afastamento passível de retorno.

§ 1º. Nos casos em que não haja tempo hábil para a inclusão, no primeiro crédito disponibilizado ao servidor, do valor relativo



a todo o período trabalhado, caberá o crédito de valores retroativos.

§ 2º. Os valores creditados indevidamente no mês de início do afastamento, serão compensados quando do retorno ao efetivo exercício neste Poder Judiciário.

Art. 4º. Nas hipóteses de afastamentos definitivos, tais como exoneração, aposentadoria e falecimento, a exclusão do benefício ocorrerá a partir do dia de desligamento e o saldo excedente será compensado em procedimento de encerramento de folha.

Art. 5º. O valor do auxílio-locomoção fica estabelecido, inicialmente, em R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) diários.

§ 1º. O valor referente ao auxílio-locomoção será creditado mensalmente na conta-corrente funcional do Servidor.

§ 2º. O reajuste anual do valor do limite mensal observará a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução nº 02/2009 do Órgão Especial.

Art. 6º. Este Ato entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2009, revogadas as disposições do Ato Normativo TJ nº 02/2009.

Publique-se e Registre-se.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2009.

Desembargador LUIZ ZVEITER

Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

TCE/RJ	
Processo nº	303.844.913
RUB.:	9
Fls.	11

Será publicado no DO do dia 8/7/13 o seguinte ato:

ATO EXECUTIVO N.º 3555/2013

Estabelece o valor diário do auxílio-locomção instituído pela Resolução nº 02/2009, do Órgão Especial, e dá outras providências.

A Desembargadora LEILA MARIANO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 30, XXXVII, do CODJERJ;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º da Resolução nº 02/2009 do Órgão Especial e no artigo 5º do Ato Normativo TJ nº 06/2009;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 44.265, de 21 de junho de 2013, que revoga o Decreto nº 43.993, de 14 de dezembro de 2012 e fixa o valor do Bilhete Único Intermunicipal;

CONSIDERANDO que nos autos do processo administrativo nº 2013-0077.160 restou demonstrada pela DGPCF a viabilidade orçamentária e financeira de reajustar-se o valor do auxílio-locomção, com vistas a equipará-lo ao valor diário do Bilhete Único Intermunicipal, no período considerado;

RESOLVE:

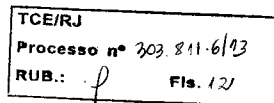
Art. 1º Estabelecer o valor diário do auxílio-locomção para os períodos abaixo considerados:

I – R\$ 10,40 (dez reais e quarenta centavos), para os meses de maio e junho de 2013;

II – R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos), a partir de julho de 2013.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2013.

Rio de Janeiro, de junho de 2013.



Decreto Nº 44265 DE 21/06/2013

Publicado no DOE em 24 jun 2013

TCE/RJ
Processo nº 303.811-6/13
RUB.: 9 Fls. 13

Revoga o Decreto nº 43.993 de 14 de dezembro de 2012 e fixa o valor do Bilhete Único Intermunicipal.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Decreta:

Art. 1º O valor do Bilhete Único Intermunicipal instituído pela Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, fica fixado em R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor no dia 26 de junho de 2013, revogado o Decreto nº 43.993, de 14 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2013

SÉRGIO CABRAL

Decreto Nº 43993 DE 14/12/2012

Publicado no DOE em 17 dez 2012

Fixa o valor do bilhete único intermunicipal a partir de 03 de fevereiro de 2013.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando:

- o disposto no art. 5º da Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, que determina a correção do Bilhete Único; e

- que a variação do IPCA nos últimos 12 meses foi de 5,534%.

Decreta:

Art. 1º. Fica reajustado o valor do Bilhete Único instituído pela Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, a partir de 03 de fevereiro de 2013, para R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2012

SÉRGIO CABRAL

Processo nº 303.811-6/13

Ref. Minuta de Ato Normativo – Auxílio Locomoção.

**AUXÍLIO LOCOMOÇÃO. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO
INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. SERVIDOR QUE
UTILIZA MEIO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO OU
PRÓPRIO PARA LOCOMOÇÃO AO LOCAL DE TRABALHO.**

Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de minuta de ato normativo para a regulamentação da concessão do auxílio locomoção aos servidores, tendo em vista determinação da Presidência desta E. Corte de Contas.

O ilustre Secretário-Geral de Administração elaborou proposta para a implantação do benefício para o custeio de despesas com transporte do servidor efetivo ativo, exclusivamente comissionado e ao servidor de outro ente cedido a este Tribunal de Contas.

A proposta ressaltou a existência de benefício idêntico fixado pela Resolução GPGJ nº 1.582/10 do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ato Normativo nº 06/09 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Os artigos foram redigidos com clareza, precisão e ordem lógica, definindo-se adequadamente o que se pretende com a proposta apresentada pela Secretaria-Geral de Administração.



A medida também deve ser vista como estímulo ao uso de transporte público, muito embora a percepção do benefício não esteja vinculada ao efetivo uso de determinado meio de transporte, sendo o momento oportuno diante das mudanças no trânsito da cidade do Rio de Janeiro e dos projetos de mobilidade urbana implantados nos últimos anos.

O ilustre Secretário-Geral de Administração solicitou esclarecimentos específicos a respeito da incidência de imposto de renda e aplicabilidade do benefício aos Excelentíssimos Senhores Conselheiros, integrantes do Ministério Público Especial e Procuradores da Procuradoria-Geral do Tribunal.

Em relação ao primeiro questionamento, considero que o benefício possui caráter indenizatório, sendo devido aos servidores que utilizam ou não de transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual.

A respeito do tema merece destacar precedente do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.147.428/RS, da lavra da Exma. Sra. Ministra Laurita Vaz.

Quanto ao segundo questionamento, considero que o auxílio locomoção é destinado ao servidor para o seu deslocamento ao trabalho, seja para aqueles que utilizam transporte público coletivo ou o veículo próprio.

Por sua vez, não seria condizente a concessão do benefício para aqueles que utilizam veículo oficial fornecido pelo próprio Tribunal para o transporte diário para o trabalho e retorno para a respectiva residência.



Assim sendo, manifesto-me de acordo com a proposta de regulamentação do benefício através do ato normativo apresentado às fls. 5/6, sendo necessária a verificação de recursos pela Coordenadoria de Orçamento para a sua implantação.

Pela devolução do presente à SGA.

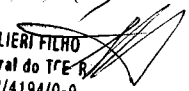
Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2013.



WILLIAM MACIEL ANDRADE

Subprocurador-Geral do TCE-RJ

De acordo.
26/11/13



SERGIO CAVALIERE FILHO
Procurador-Geral do TCE-RJ
Matricula: 02/4194/0-9

Senhor Secretário-Geral de Planejamento,

Nos termos da inicial de fls. 02/04, por iniciativa do Exmo. Sr. Presidente, esta Secretaria deflagrou o procedimento visando à criação do benefício denominado "auxílio-locomção" no âmbito desta Corte, de natureza indenizatória, cujo valor é estimado em R\$ 9,90 (nove reais noventa centavos) por dia, abrangendo servidores ativos, servidores exclusivamente comissionados e servidores requisitados, destacando que tal benefício já é suportado por outros órgãos estaduais, como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

Tal medida revela-se um pleito legítimo dos servidores desta Casa, cuja implantação seria um marco na política de valorização profissional da classe e importante instrumento na busca da melhoria da qualidade de vida dos servidores.

A CRH - Coordenadoria de Recursos Humanos, por solicitação desta Secretaria-Geral, elaborou tabela informativa, contemplando o rol de servidores abrangidos pela medida, no qual foram feitas simulações visando a possível concessão do benefício, de forma a balizar a tomada de decisão por parte da Administração.

O referido quadro é assim apresentado:

Impacto mensal da implantação do auxílio-locomotoção

Situação Funcional	Quantitativo
Contratados	2
Servidores Efetivos	1.232
Ocupantes exclusivamente de cargo em comissão	227
Requisitados de outros órgãos	213
Servidores aposentados ocupantes de cargo em comissão	7
SUB-TOTAL	1.681
Nº BENEFÍCIOS MÊS (exclusões de férias e demais afastamentos previstos)	1.541
Nº DIAS ÚTEIS MÊS	22
VALOR DO BENEFÍCIO DIÁRIO (per capita)	R\$ 9,90
VALOR DO BENEFÍCIO MENSAL (por servidor)	R\$ 217,80
VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO/MÊS	R\$ 335.630,00
VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO/ANO	R\$ 4.028.000,00

Pela simulação realizada, a concessão do benefício no valor mensal de R\$ 217,80 (seiscentos reais) *per capita*, acarretaria um dispêndio mensal da ordem de **R\$ 335.630,00** e, anual, da ordem de **R\$ 4.028.000,00**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCE/RJ

PROCESSO Nº

303.811-6/13

RUBRICA

FL.:

19

Assim, em prosseguimento, encaminho o presente à SGP – Secretaria Geral de Planejamento, para avaliação quanto ao impacto orçamentário decorrente da implantação do novo benefício, à luz da legislação pertinente, inclusive quanto à classificação ou não da referida despesa como despesa de pessoal, diante dos ditames da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.


SGA, em 26 de novembro de 2013.


MARCELO ALVES DE MARTINS PINHEIRO
Secretário Geral de Administração
Matr. 02/4185/0-8

Sr. Secretário-Geral de Administração,

Em atendimento à solicitação contida às fls. 17/19, informo que, caso a Proposta Orçamentária do TCE-RJ para 2014, aprovada em Sessão Administrativa Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013 (e encaminhada à ALERJ na mesma data), cujo Projeto de Lei nº 2.505/2013 encontra-se em fase de aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, seja restabelecida em suas dotações orçamentárias originalmente propostas, em especial no valor de R\$10.036.097,00, no PT 0201 010320137 2003 - Ações de Planejamento e Fiscalização de Recursos Públicos, Grupo de Gastos L4, conforme estimativas atualizadas com base na execução orçamentária deste Tribunal e considerando a previsão da SGA de aumento anual nas despesas deste PT, para 2014, se autorizado pelo Excelentíssimo Presidente desta Corte de Contas, existe folga na dotação proposta para a modalidade de despesa 3.3.90 do referido PT, para o exercício de 2014, para concessão do auxílio-locomção no valor anual de R\$4.028.000,00, bem como para o mês de dezembro de 2013, no valor de R\$335.630,00, informados às fls. 18. Ressalto, por fim, que a despesa em análise não é classificada como despesa de pessoal.

SGP, em 27 de novembro de 2013.


JOSÉ ROBERTO PEREIRA MONTEIRO
Secretário-Geral de Planejamento
Matrícula nº 02/003427/0-1

Exmo. Sr. Presidente,

O presente processo tem como objeto a implementação de pagamento de auxílio-locomotoção aos servidores deste Tribunal, conforme determinado por Vossa Excelência, como mais uma medida de valorização do Corpo Funcional desta Corte de Contas.

Vale dizer que o benefício assistencial em comento já figura implementado no âmbito de outros órgãos, mais precisamente, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (fls. 7/8) e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (fls. 9/12).

Assim sendo, esta Secretaria-Geral elaborou minuta de Ato Normativo disciplinando a concessão do benefício em tela no âmbito deste Tribunal, tendo utilizado os parâmetros adotados pelos órgãos acima mencionados, assim como, seguindo a padronização dos benefícios concedidos por esta Corte (Atos Normativos nºs 122/11, 124/12 e 132/13), merecendo destaque os seguintes aspectos:

- benefício a ser concedido, na forma de auxílio-locomotoção, para os servidores que utilizam transporte público coletivo ou veículo próprio;
- beneficiários: servidores efetivos ativos, exclusivamente comissionados e cedidos ao TCE-RJ, desde que não percebam benefício semelhante no órgão de origem;
- Valor do auxílio: a ser definido pelo Presidente deste Tribunal, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária.

Foi elaborado estudo considerando o valor de R\$ 217,80 (duzentos e dezessete reais e oitenta centavos)/mês = R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos)/ dia – Bilhete Único Intermunicipal (Decreto nº 44.265/13) e a estimativa de 22 (vinte e dois) dias úteis/mês,

- vedação de pagamento nas férias, licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, licença-adoção, licença-prêmio, afastamentos que impliquem na perda de vencimento e servidores cedidos a outros órgãos, mesmo que com ônus para este Tribunal;

- pagamento a ser feito no contracheque;

O processo foi encaminhado à douta Procuradoria-Geral desta Corte para manifestação acerca da regularidade jurídico-legal da concessão do benefício e de sua regulamentação.

Ademais, consultamos acerca da incidência de Imposto de Renda e aplicabilidade do benefício aos Procuradores da PGT, MPE e Conselheiros.

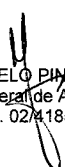
A d. PGT, conforme parecer de fls. 14/16, manifestou-se de acordo com a proposta de regulamentação apresentada por esta Secretaria, ressaltando, contudo, que não seria condizente a concessão do benefício para aqueles que utilizam veículo oficial fornecido pelo próprio Tribunal.

Entendeu, ainda, aquele órgão de assessoramento jurídico, que o benefício em questão tem caráter indenizatório, sendo devido aos servidores que utilizam ou não de transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual.

À fl. 20, a Secretaria-Geral de Planejamento informou haver disponibilidade orçamentária para suportar a despesa em apreço, em caso de autorização.

Posto isso, submeto o presente a Vossa Excelência, sugerindo a apreciação pelo Conselho Superior de Administração quanto à concessão do benefício.

SGA, 27 de novembro de 2013


MARCELO PINHEIRO
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/4185/0-8

ATO NORMATIVO Nº

de de 2013

Dispõe sobre a concessão de auxílio-locomomoção aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 142, inciso III, e artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167, de 10 de dezembro de 1992,

CONSIDERANDO a política de Gestão de Pessoas, que visa à valorização do servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo TCE-RJ nº 303.811-6/13 pelo Conselho Superior de Administração, que autoriza a instituição do auxílio-locomomoção aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º - O auxílio-locomomoção, benefício de caráter assistencial e de natureza indenizatória, consiste em auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com transporte do servidor efetivo ativo, servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e servidor cedido a este Tribunal.

§ 1º - Será devido o benefício de que trata o presente Ato Normativo ao servidor cedido a este Tribunal que não perceba benefício semelhante no órgão de origem.

§ 2º - Na hipótese da existência de benefício semelhante em seu órgão de origem, o servidor cedido poderá optar pela percepção de auxílio-locomomoção neste Tribunal.

Art. 2º - O valor mensal do auxílio-locomomoção será fixado por decisão do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º - O auxílio-locomomoção será devido a contar do dia em que o servidor entrar em exercício, calculando-se, proporcionalmente, os dias trabalhados.

Art. 4º - O auxílio-locomomoção será suspenso nos casos de:

I – férias, licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, licença-adoção, licença-prêmio;

II – servidores à disposição de outros órgãos, mesmo que com ônus para este Tribunal, ainda que a cessão ocorra sem prejuízo de direitos e vantagens.

III – afastamentos que impliquem perda do vencimento.

Art. 5º – Nos casos de afastamentos que não gerem direito à percepção do auxílio-locomomoção, os valores indevidamente creditados serão compensados quando do retorno do servidor às suas atividades funcionais.

Art. 6º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 7º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, de de 2013.

JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR
Presidente

SUBMETO, ao Conselho Superior de Administração, a proposta de concessão do benefício denominado "auxílio locomoção" no valor de R\$9,90 (nove reais e noventa centavos) por dia útil trabalhado a todos os servidores ativos, sejam eles titulares de cargo de provimento efetivo, exclusivamente comissionados ou cedidos a este TCE, nos termos da minuta de Ato Normativo inserta às fls.5/6 destes autos.

GAP, 28 de novembro de 2013


JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR
PRESIDENTE

CERTIFICO que o Conselho Superior de Administração, em Sessão Administrativa Extraordinária realizada nesta data, decidiu, por unanimidade, AUTORIZAR a concessão do auxílio-locomoção, no valor de R\$9,90 (nove reais e noventa centavos) por dia útil trabalhado,, aos servidores ativos deste TCE-RJ e APROVAR a minuta de Ato Normativo inserta às fls.05/06 destes autos, que regulamenta o tema no âmbito desta Corte de Contas.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2013.


ALOYSIO NEVES GUEDES
SECRETÁRIO DA SESSÃO

De ordem, ao Sr. Secretário de Administração e Finanças para as providências complementares à decisão do Egrégio Conselho Superior de Administração.

GAP, 2 de dezembro de 2013

ROBERTO FERNANDES
ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
Mat. 02/2793

*De ordem.
O CRH, em prosseguimento,
para adocação das providências com-
plementares, com vistas à implemen-
tação do referido benefício.*

SGA, 12/12/13

Franklin Rufino de Oliveira
Assessor do
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/3406/0-3

Memorando nº 123/2013 – CRH

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2013.

Da: Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH

Para: Secretaria Geral de Administração - SGA

Assunto: Informações sobre o Auxílio-Locomoção

Senhor Secretário-Geral da SGA,

A fim de implantar na folha de pagamento o Auxílio-Locomoção concedido através do Ato Normativo nº 138/13, publicado no Diário Oficial de 30/11/13, e de acordo com orientações dessa Secretaria-Geral, informo que o referido benefício não será pago aos Srs. Conselheiros e aos servidores abaixo relacionados, uma vez que os mesmos utilizam veículos oficiais deste Tribunal:

- 02/4194/0-9 – Sérgio Cavalieri Filho;
- 02/3989/0-3 – Horácio Machado Medeiros;

Atenciosamente,

MARCIO HUGENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

De ordem.
A CRH, em retorno,
aos autos do Sr. Secretário-Geral.
SGA, 12/12/13

Franklin Rufino de Oliveira
Assessor do
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/3406/0-3

De acordo.
SGA, 12/12/13

Marcão Pinheiro
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/185/0-8

Memorando nº 101/2013 – SGA

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2013.

De: Secretaria-Geral de Administração – SGA

Ramal: 5323

Para: Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA.

Assunto: Viatura Oficial

Sra. Subsecretária-Adjunta da SSA,

Tendo em vista a publicação do Ato Normativo nº 138, de 28 de novembro de 2013, no Diário Oficial da presente data, que institui e disciplina o pagamento de auxílio-locomotão aos servidores deste Tribunal, solicito que seja verificado junto à Coordenadoria Setorial de Transportes – COT, os servidores que utilizam viatura oficial, visto que estes não serão contemplados com o pagamento do referido benefício.

Atenciosamente,

MARCELO PINHEIRO
Secretário Geral de Administração
Matr. 02/41850-8

RECEBIDO
EM 11 / 12 / 2013
As 15:48 Hs.
CABINETE DA SSA

Genezio Luiz Filho
Assistente de SSA
Matr. 02/2565

RECEBIDO
EM 29 / 11 / 13
As 15:16 Hs.
CABINETE DA SSA
4264

SSA – Subsecretaria de Administração e Finanças

Referente ao memorando 101/2013 – SGA

À Coordenadoria de Transportes - COT

Senhor Coordenador-Setorial,

Considerando a solicitação da SGA encaminho o presente expediente, para informar os servidores que se utilizam diariamente de viatura oficial para deslocamento entre a residência e o TCE-RJ, exceto nos casos de utilização de viaturas para realização de viagens visando execução de fiscalizações e outras atividades pertinentes aos trabalhos do TCE-RJ.

SSA, 02 de dezembro de 2013.

pt 
MÁRCIA TERRA
Subsecretária Adjunta de
Administração e Finanças
Matrícula nº 02/4173/0-1

em LUIS DA SILVA NASCIMENTO
Assessor
Mat. 02/3522
- do Tribunal da Subsecretaria-Adjunta da SSA

MB

TCE/RJ
PROCESSO Nº 308 841-6/13
RUBRICA <i>[assinatura]</i> FLS. 30

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DA TRANSMISSÃO

HORA : 02/12/2013 12:32

DIA/HORA	02/12 12:31
NÚMERO DE FAX / NOME	025091330
DURAÇÃO	00:01:02
PÁGINAS	02
RESULT	OK
MOD0	NORMAL

COT - Coordenadoria Setorial de Transportes

Referência ao Memorando nº 101/13 – SGA

À Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA:

Senhora Subsecretária Adjunta,

Em atendimento à solicitação dessa Subsecretaria, informamos que somente os Gabinetes dos Exm^{os}. Srs. Conselheiros, ECG, MPE e PGT têm motoristas e carros à disposição.

Atenciosamente,

COT, 10 de dezembro de 2013.


MARCOS DE MELO SILVA
Coordenador Setorial
Coordenadoria Setorial de Transportes
Matricula nº 02/3827

De ordem
Ciente. Pnucado nesta
data ao Memo nº 123/2013.
CRF1. por tratar de mesma
matéria. SGA, 12/12/13

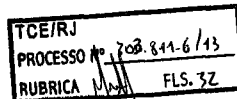
Referente ao memorando nº 101/2013 – SGA.

À Secretaria Geral de Administração.

Senhor Secretário-Geral,

Franklin Rufino de Oliveira
Assessor do
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/3406/0-3

Retorno o expediente em referência para ciência do informado pelo Sr.
Coordenador Setorial de Transportes – COT.



SSA, 11 de dezembro de 2013.

MÁRCIA TERRA

Subsecretária - Adjunta de
Administração e Finanças
Matrícula nº 02/4173/0-1

RECEBIDO
SGA 12/12/2017
1534
HORA RUBRICA/MATR.

RECEBIDO

SGA 12/12/2017

1534

HORA RUBRICA/MATR.

Tânia de Souza Araújo
Mat. 02/11363



TCE/RJ
PROCESSO Nº 308.811-6/13
RUBRICA <i>[assinatura]</i> FLS. 33

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Gabinete do Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior

Memo GC-5 nº 40/2013

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2013

Do: Chefia de Gabinete do GC -5
Para: Secretaria-Geral de Administração - SGA

Senhor Secretário-Geral,

Tendo em vista a edição do Ato Normativo nº 138/2013, publicado no Diário Oficial do ERJ na data de hoje, venho formalizar minha **renúncia** ao recebimento do auxílio-locomção vez que me é facultada a utilização eventual de veículo oficial fornecido por esta Corte de Contas para transporte para o trabalho e retorno para minha residência.

Atenciosamente,

Raphaeluzza S Gatto
RAPHAELUZZA S GATTO
Chefe de Gabinete
GC-5

À COP,

Para implantar em folha de pagamento, a contar do mês de dezembro de 2013, o auxílio-locomotoção para os servidores deste TCE-RJ, tendo em vista a autorização do Conselho Superior de Administração à fl. 25, ressaltando que o mesmo não deverá ser pago, de acordo com os documentos anexados às fls. 27 a 33, aos Srs. Conselheiros, ao Procurador-Geral da PGT, ao Procurador-Geral do MPE, à Diretora-Geral da ECG e a Sra. Chefe de Gabinete do GC5.

CRH, 17 de janeiro de 2014.

MARCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2834/0-7

A CRH

INFORMAMOS QUE FOI IMPLANTADO, A CONTAR DE DEZEMBRO DE 2013, O AUXÍLIO LOCOMOÇÃO, EXCETO AOS SERVIDORES E MEMBROS CITADOS ÀS FLS. 27 A 33.

COP, 27/01/2014

Maurício Pereira
Marisa de Almeida Pereira
Coordenadora da Coordenadoria
Setorial de Preparo de Pagamento
Matr. 02/2837/0-5

À SGA, PARA APROVIMENTO.

CRH, 27/01/2014.



Marcus Vinicius Francesconi da Silva
Assessor
Matr. 02/2783/0-8

Aguardando nesta data.

SGA, 28/01/14.



CAROLINA DURÃO MIRANDA
Assessora
Matr. 02/3766/0-3

À COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS - CRH,

De ordem do Secretário-Geral de Administração, solicito que V.Sa. se digne determinar o levantamento, junto à COP, do estudo de impacto orçamentário para o reajuste do auxílio-locomotção, na exata proporção adotada pelo Decreto 44.555, de 10/01/2014, que atualizou o bilhete único intermunicipal, a contar de 10/02/2014, para R\$ 5,25 (cinco reais e vinte e cinco centavos).

SGA, 11 de fevereiro de 2014.



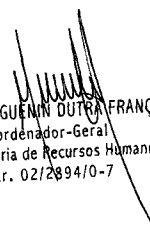
FRANKLIN RUFINO DE OLIVEIRA

Assessor do Secretário-Geral de Administração
Matrícula nº 02/3406/0-3

À COP,

para atender o despacho supra.

CRH. 12.02.14




MARCIO HUGUEN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

À CRH

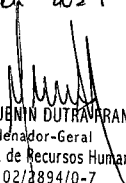
De acordo com os parâmetros do Decreto nº 44.555 de 09/01/2014, o valor diário do benefício de Auxílio Locomoção passaria a ser de R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos) e o valor mensal seria reajustado para R\$231,00 (duzentos e trinta e um reais).

Considerando como base o quadro de fl.18, o valor total do benefício/mês seria de R\$355.971,00, acarretando um aumento de **R\$20.341,00 (vinte mil, trezentos e quarenta e um reais)**. O valor anual seria de **R\$ 4.271.652,00**, com um aumento anual de **R\$243.652,00 (duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais)**.

COP, 12 de fevereiro de 2014


MARISA DE ALMEIDA PEREIRA
Coordenadora
Coordenadoria Setorial de Preparo de Pagamento
Matr. 02/2837/0-5

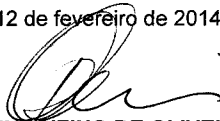
À SGA,
em prosseguimento, observada a informação
supra-
CRH, 12 de fevereiro de 2014


MARCIO HUGUEMIR DUTRA FRANCA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

À SECRETARIA GERAL DE PLANEJAMENTO - SGP,


De ordem superior, solicito que esta Secretaria se manifeste sobre a disponibilidade orçamentária para a concessão do reajuste no valor do auxílio-locomotão, tendo em vista as informações prestadas pela Coordenadoria Setorial de Preparo de Pagamento – COL (fls. 36).

SGA, 12 de fevereiro de 2014.



FRANKLIN RUFINO DE OLIVEIRA
Assessor do Secretário-Geral de Administração
Matrícula nº 02/3406/0-3



TCE-RJ
PROCESSO Nº 300.811-6/13
RUBRICA:  FLS.: 38

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

À Coordenadoria de Orçamento – COO,

Encaminho o presente processo para fins de exame e emissão de parecer,
consoante ao solicitado no despacho exarado pela SGA, às fls. 37.

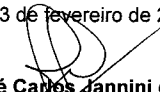
SGP, 12 de fevereiro de 2014.


JOSÉ ROBERTO PEREIRA MONTEIRO
Secretário-Geral
Secretaria-Geral de Planejamento
Matrícula 02/3427/0-1

Senhor Secretário-Geral,

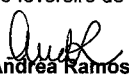
Em atendimento ao solicitado, às fls. 37 do presente processo, informamos que o saldo da dotação orçamentária do elemento de despesa 3.3.90.49.00 – Auxílio Transporte, do Programa de Trabalho 0201 010320137 2003 – Ações de Planejamento e Fiscalização de Recursos Públicos, é suficiente, na presente data, para comportar o valor informado às fls. 36, conforme Boletim da Execução Orçamentária em anexo.

COO, 13 de fevereiro de 2014.


José Carlos Jannini de Sá
Analista de Controle Externo
Matr. nº 02/2073

À SGP. De acordo com as informações precedentes.

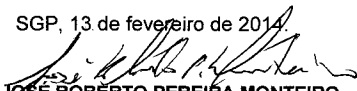
COO, 13 de fevereiro de 2014.


Andréa Ramos
Coordenadora-Geral de Orçamento
Matr. nº 02/2998

À SGA,

De acordo com as instruções da COO.

SGP, 13 de fevereiro de 2014.


JOSÉ ROBERTO PEREIRA MONTEIRO
Secretário-Geral
Secretaria-Geral de Planejamento
Matrícula 02/3427/0-1

Secretaria-Geral do Planejamento - CGP

Recebido em 13 / 02 / 14 às 12:40h

Rubrica Flavio Matrícula 042971

Capital	ORÇAMENTO (A)	RESERVADO (B)	SALDO (C)	% B/A
PT0201.0103201372.003 AÇÕES DE PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS				
4490.52.00/01 EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE	1.563.800,00	203.114,50	1.360.685,50	12,9
PT0201.0112201371.002 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO TCE-RJ				
4490.51.00/01 OBRAS E INSTALAÇÕES	14.240.000,00	9.946.297,23	4.293.702,77	69,8
4490.52.00/01 EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE	2.781.746,00	0,00	2.781.746,00	0,0
PT0201.0112201371.189 INFORMATIZAÇÃO DO ÓRGÃO				
4490.52.00/01 EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE	2.493.000,00	883.821,41	1.609.178,59	35,4
PT0201.0154201372.899 AGENDA AMBIENTAL DO TCE -RJ				
4490.51.00/01 OBRAS E INSTALAÇÕES	133.000,00	0,00	133.000,00	0,0
4490.52.00/01 EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE	158.750,00	0,00	158.750,00	0,0
TOTAL Capital	21.370.296,00	11.033.233,14	10.337.062,86	51,6
Outras despesas correntes	ORÇAMENTO (A)	RESERVADO (B)	SALDO (C)	% B/A
PT0201.0103201372.003 AÇÕES DE PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS				
3390.08.00/00 OUTROS BENEF. ASSISTENCIAIS	25.073.683,00	12.750.000,00	12.323.683,00	50,8
3390.14.00/00 DIÁRIAS	2.400.000,00	1.000.000,00	1.400.000,00	41,6
3390.30.00/00 MATERIAL DE CONSUMO	2.516.430,00	213.165,32	2.303.264,68	8,4
3390.32.00/00 MAT. DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17.000,00	12.960,00	4.040,00	76,2
3390.35.00/00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	246.000,00	0,00	246.000,00	0,0
3390.36.00/00 OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA FISIC	121.000,00	33.436,32	87.563,68	27,6
3390.39.00/00 OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	33.707.457,00	26.723.749,45	6.983.707,55	79,2
3390.41.00/00 CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00	0,0
3390.47.00/00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTI	19.000,00	10.000,00	9.000,00	52,6
3390.49.00/00 AUXILIO TRANSPORTE	4.400.000,00	1.200.000,00	3.200.000,00	27,2
3390.92.00/00 DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIORES	318.000,00	0,00	318.000,00	0,0
PT0201.0112201371.002 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO TCE-RJ				
3390.39.00/00 OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	3.060.000,00	44.000,00	3.016.000,00	1,4
PT0201.0112201398.069 PRON IGUALDADE RACIAL E DIR HUMANOS E CIDADANIA				
3390.39.00/00 OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,0
PT0201.0112201371.189 INFORMATIZAÇÃO DO ÓRGÃO				
3390.30.00/00 MATERIAL DE CONSUMO	382.600,00	84.184,18	298.415,82	22,0
3390.39.00/00 OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	8.488.000,00	1.458.417,14	7.029.582,86	17,1
3391.39.00/00 OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURIDI	90.000,00	0,00	90.000,00	0,0
PT0201.0154201372.899 AGENDA AMBIENTAL DO TCE -RJ				
3390.14.00/00 DIÁRIAS	8.000,00	0,00	8.000,00	0,0
3390.30.00/00 MATERIAL DE CONSUMO	207.131,00	0,00	207.131,00	0,0
3390.36.00/00 OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA FISIC	9.578,00	0,00	9.578,00	0,0
3390.39.00/00 OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	194.740,00	0,00	194.740,00	0,0
3390.47.00/00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTI	2.102,00	0,00	2.102,00	0,0
TOTAL Outras despesas correntes	81.360.721,00	43.529.912,41	37.830.808,59	53,5
Pessoal	EMPENHADO (A)	LIQUIDADO (B)	A LIQUIDAR (C)	% B/A

TCE/RJ	RESERVADO	SALDO	%
(A) PROCESSO Nº(1)	300.851.613	613	B/A
Rubrica	Fis.	40	

PT0201.0112201392.006 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - TCE				
3190.11.00/00 VENCIMENTOS VANTAGENS FIXAS	191.012.000,00	0,00	191.012.000,00	0,0
3190.13.00/00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.025.000,00	0,00	7.025.000,00	0,0
3190.16.00/00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	32.115.000,00	0,00	32.115.000,00	0,0
3190.92.00/00 DESP.EXERC.ANTERIORES	217.628,91	0,00	217.628,91	0,0
3190.96.00/00 RESSARC. DESP. PESS. REQUIS. UNIÃO	108.000,00	0,00	108.000,00	0,0
3191.13.00/00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00	0,0
3191.96.00/00 RESSARCIMENTO DE DESP.PESSOAL REQUI	700.000,00	0,00	700.000,00	0,0
TOTAL Pessoal	261.177.628,91	0,00	261.177.628,91	0,0
TOTAL GERAL	363.908.645,91	54.563.145,55	309.345.500,36	14,9

TCE/RJ	300.811-6117
PROCESSO Nº	
Rubrica	Fis. 4

À PGT,

Encaminho os presentes autos, rogando exame e parecer.

SGA, 18 de fevereiro de 2014.

MARCELO PINHEIRO
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/4185

Processo nº 303.811-6/13

Ref. Auxílio Locomoção – Reajuste – Disponibilidade Orçamentária.

Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de proposta da Secretaria-Geral de Administração desta E. Corte de Contas para o reajuste do auxílio-locomotoção devido aos servidores ativos, comissionados e cedidos, tendo em vista a fixação do valor do Bilhete Único pelo Decreto nº 44.555/2014.

O art. 2º do Ato Normativo TCE nº 138 estabelece o seguinte:

“Art. 2º O valor mensal do auxílio-locomotoção será fixado por decisão do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observada a disponibilidade orçamentária.”

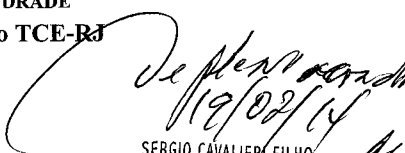
O processo foi regularmente instruído com informações da Coordenadoria de Orçamento, sendo demonstrada a existência de recursos para suportar o impacto do reajuste.

Assim, não existe óbice legal para o reajuste do auxílio-locomotoção, observando-se o que disciplina o art. 142 do Regimento Interno desta E. Corte de Contas.

Pela devolução do presente à SGA.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014.



WILLIAM MACIEL ANDRADE
Subprocurador-Geral do TCE-RJ


SERGIO CAVALIERE FILHO
Procurador-Geral do TCE RJ
Matrícula: 02/4194/0-4

Excelentíssimo Senhor Presidente

Tendo em vista a existência de disponibilidade orçamentária, conforme informação do órgão técnico, bem como a manifestação favorável da douta Procuradoria-Geral deste Tribunal e, considerando que ficou estabelecida a competência ao Presidente para fixação do valor do benefício, submeto a V. Exa. a fixação do aludido benefício em R\$5,25 (cinco reais e vinte e cinco centavos) por deslocamento e, respectivamente R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por dia útil, considerando 22 dias úteis por mês, nos termos da instrução, às fls. 38/42.

SGA, 19 de fevereiro de 2014.


MARCELO PINHEIRO
Secretário Geral de Administração
Matr. 02/41850-8

AUTORIZO, acolhendo a proposta apresentada pela Secretaria-Geral de Administração, com parecer favorável emitido pela Procuradoria-Geral deste Tribunal, a fixação do benefício mensal do auxílio-locomção em R\$231,00 (duzentos e trinta e um reais), a partir de 01º de março do corrente ano.


GAP, 19 de fevereiro de 2014.


JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR
PRESIDENTE

1ª ordem.

A CRH, em vista à COP,
para alocar as providências re-
lacionadas à implementação da
maioria do curso. ocomod.

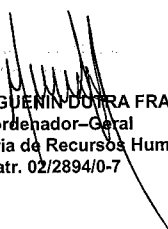
SEN, 20/03/11


Franklin Rufino de Oliveira
Assessor do
Secretário-Geral de Administração
Matr. 62/3406/0-3

Senhora Coordenadora da COP,

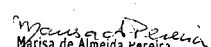
Tendo em vista a autorização do Exmo. Senhor Presidente, à fl.43 e a determinação da SGA, encaminhamos o presente para as providências de implantação da majoração do auxílio-locomção.

CRH, 20 de fevereiro de 2014.


MÁRCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

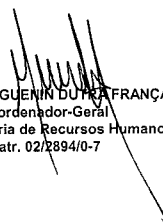
A CRH, INFORMANDO QUE FOI FEITA A MAJORAÇÃO DO AUXÍLIO LOCOMOÇÃO A PARTIR DE MARÇO DO CORRENTE.

COP, 24/03/2014


Marisa de Almeida Pereira
Coordenadora da Coordenadoria
Setorial de Preparo de Pagamento
Matr. 02/2837/0-5

À SGA, em devolução para arquivamento, tendo em vista a majoração anotada pela Coordenadoria Setorial de Preparo de Pagamento – COP, fl. 44.

CRH, 31 de março de 2014.


MÁRCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

Arquivado nesta data.

SGA, 03/04/14.



CAROLINA DURÃO MIRANDA
Assessora
Matr.: 02/3766/0-3

Senhor Secretário-Geral de Planejamento,

Trata o presente de levantamento efetuado pela Assessoria desta Secretaria-Geral, no âmbito da política de gestão de benefícios concedidos aos servidores, tendo por objeto a possibilidade de majoração do benefício auxílio-locomomoção, dos atuais R\$231,00 para R\$260,00 por mês, medida esta que visa à recomposição do valor do benefício diante da alta dos gastos com transportes urbanos.

Cabe mencionar que a Lei Orçamentária Anual – LOA aprovada, relativa ao exercício financeiro de 2015, e respectivo QDD – Quadro de Detalhamento das Despesas, contemplou a respectiva majoração, considerando o universo de 1.648 servidores que recebem o benefício, excluindo o respectivo pagamento nas férias e demais afastamentos.

A correção ora aplicada, decorre do reajuste de 12,46% das passagens dos ônibus e vans intermunicipais e do Bilhete Único, que passam a vigorar no dia 1º de fevereiro de 2015.

Desta forma, submeto o presente a Vossa Senhoria, para que informe quanto a existência de disponibilidade orçamentária para a majoração do auxílio-locomomoção para **R\$260,00** (duzentos e sessenta reais), o que representaria um aumento de **12,5%** (doze vírgula cinco por cento) em relação ao valor ora praticado, a partir de fevereiro do corrente ano. .

SGA, em 28 de janeiro de 2015.

MARCELO ALVES MARTINS PINHEIRO
Secretário Geral de Administração
Matr. 02/4185/0-8

À Cob,
Para tomar a providência.
SGA, 29/01/15

ALFREDO VICENTE DA CONCEIÇÃO
Matr. 08/4859/0-3
Substituto Vicário do
Secretário-Geral de Planejamento
Ata Executiva nº 19.201/13

Senhor Secretário-Geral,

Em atendimento ao solicitado às fls. 46 do presente processo, informamos que foi prevista na Proposta Orçamentária para o exercício de 2015 a majoração do valor limite mensal do auxílio locomoção para **R\$260,00** (duzentos e sessenta reais) por servidor, havendo disponibilidade orçamentária suficiente no elemento de despesa 3.3.90.49.00 – Auxílio Transporte, do Programa de Trabalho 0201.0103201372.003 – Ações de Planejamento e Fiscalização de Recursos Públicos, para comportar o aumento do benefício (para as 1.648 quotas informadas), a partir de fevereiro de 2015.

COO, 29 de janeiro de 2015.

Irene W. Heynemann
Irene Walda Heynemann

Substituta Eventual do Coordenador da COO
Matr. nº 02/28670-4

À SGA,

De acordo com as instruções da COO.

SGP, 29 de janeiro de 2015.

Alfredo W. Conceição
ALFREDO W. CONCEIÇÃO

Substituto Eventual do
Secretário-Geral de Planejamento
matr. 02/4039/0-3

De acm.

À PGT para exame e parecer.

SGA, 29/01/15.

Carolina D. Miranda
CAROLINA DURÃO MIRANDA
Assessora
Matr. 02/3766/0-3

Processo nº 303.811-6/13

Ref. Auxílio Locomoção – Reajuste – Disponibilidade Orçamentária.

Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de proposta da Secretaria-Geral de Administração desta E. Corte de Contas para o reajuste do auxílio-locomotoção devido aos servidores ativos, comissionados e cedidos, tendo em vista a fixação do valor do Bilhete Único pelo Decreto nº 44.555/2014.

O art. 2º do Ato Normativo TCE nº 138 estabelece o seguinte:

“Art. 2º O valor mensal do auxílio-locomotoção será fixado por decisão do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observada a disponibilidade orçamentária.”

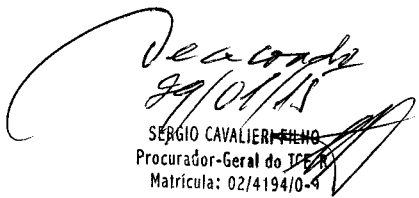
O processo foi regularmente instruído com informações da Coordenadoria de Orçamento, sendo demonstrada a existência de recursos para suportar o impacto do reajuste para o exercício financeiro de 2015.

Assim, não existe óbice legal para o reajuste do auxílio-locomotoção, observando-se o que disciplina o art. 142 do Regimento Interno desta E. Corte de Contas.

Pela devolução do presente à SGA.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2015.



WILLIAM MACIEL ANDRADE
Subprocurador-Geral do TCE-RJ


SERGIO CAVALIERE FILHO
Procurador-Geral do TCE-RJ
Matrícula: 02/4194/0-4

Excelentíssimo Senhor Presidente

Tendo em vista a existência de disponibilidade orçamentária, conforme informação do órgão técnico, bem como a manifestação favorável da douta Procuradoria-Geral deste Tribunal e, considerando que ficou estabelecida a competência ao Presidente para fixação do valor do benefício, submeto a V. Exa. a fixação do aludido benefício em R\$5,90 (cinco reais e noventa centavos) por deslocamento e, respectivamente R\$11,80 (onze reais e oitenta centavos) por dia útil, considerando 22 dias úteis por mês, nos termos da instrução.

SGA, 29 de janeiro de 2015.


MARCELO PINHEIRO
Secretário Geral de Administração
Matr. 02/4185/0-8

AUTORIZO, acolhendo a proposta apresentada pela Secretaria-Geral de Administração, com parecer favorável emitido pela Procuradoria-Geral deste Tribunal, a fixação do benefício mensal do auxílio-locomção em R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), a partir de 01º de fevereiro do corrente ano.

GAP, 29 de janeiro de 2015.


JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR
PRESIDENTE

Senhor Coordenador-Geral da CRH,

Segue o presente processo, solicitando a adoção das providências de estilo, no sentido de se promover a publicação resumida do referido despacho, bem como a implantação da majoração do benefício, conforme autorizado.

SGA, 30 de janeiro de 2015.



Franklin Ruffino de Oliveira

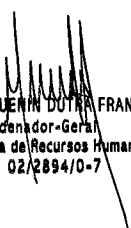
Assessor – Secretaria-Geral de Administração

Matr. 02/3406

À COP, em prosseguimento para ciência da autorização do requeste e implantação.

Após, retorne o presente a esta CRH.

CRH, 30/01/15



MARCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

À CRH

Informando que foi implantado na folha de pagamento do mês de fevereiro do corrente o novo limite do benefício de auxílio locomoção de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais).

COP, 10 de março de 2015

Maira A. Pereira
MARISA DE ALMEIDA PEREIRA
Coordenadora
Coordenadoria Setorial de Preparo de Pagamento
Matr. 02/2837/0-5

ULTIMATA AS MUDANÇAS ANTERIORES, À SGA, PARA

ARQUIVAMENTO.

CRH, 10/03/2015.

Marcio Huguenin Dutra França
MARCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

ARQUIVADO NA PRESENTE DATA.

SGA, 23/03/15.

Carolina D. Miranda
CAROLINA DURÃO MIRANDA
Assessor
Matr. 02/37651/0-3

Rio de Janeiro (RJ)

A Prefeitura do Rio anunciou que a tarifa de ônibus municipal e do Bilhete Único Carioca terá reajuste de 13,3% e passará a custar R\$ 3,40. O novo valor começa a valer a partir da 0h deste sábado (3). As passagens dos ônibus e vans intermunicipais terão reajustes de 12,46% – vão de R\$ 2,80 para R\$ 3,15. O valor do Bilhete Único acompanhará o índice, mudando de R\$ 5,25 para R\$ 5,90. Segundo o Departamento de Transportes Rodoviários (Detro), as novas tarifas intermunicipais entram em vigor no dia 10 de janeiro e o novo valor do Bilhete Único, no dia 1º de fevereiro de 2015.



Sinalética de Microfilmagem e Digitalização



Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

Este processo/documento TCE foi microfilmado e digitalizado
até esta folha, conforme autuação, e identificado abaixo pelo
GED com nº da guia e do processo

20/06/2017

Data _____

Central de Vendas em Informática Ltda.

Empresa/Indexador (nome): _____

Matrícula ou identidade: TONINHO

Assinatura ou rubrica: _____

